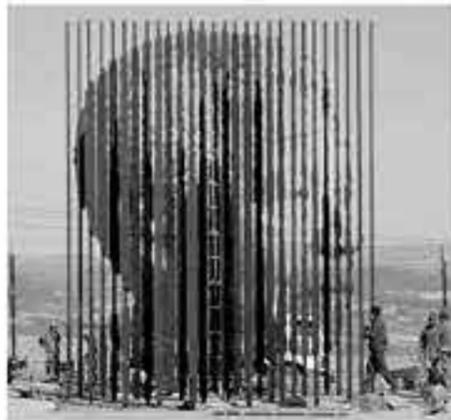


Madiba, o Nelson Mandela e as lágrimas de crocodilos de Obama e Cameron



A burguesia, como excelente usurpadora que é, inclusive das memórias e história das lutas dos oprimidos e explorados, mais uma vez sai a campo comandada por Obama e Cameron, para enodoar e ocultar a verdadeira memória de Madiba, o líder da Azânia, país batizado pelo imperialismo com o nome fantasia de África do Sul.

Durante anos, primeiro holandeses e depois ingleses invadiram e dominaram a região. Em 1652, a Companhia das Índias Orientais, que explorava diferentes colônias no mundo em busca de riquezas naturais e explorando a cana de açúcar, instalou-se na parte sul do país. Depois se seguiram sucessivas hordas de invasores alemães, franceses, escoceses.

Travaram com os negros uma guerra violenta, mas não conseguiram dominar o povo da região onde seria fundada a Cidade do Cabo. Para continuar sua obra de rapinagem, foram buscar mão de obra escrava em outras regiões.

Depois de 1806, passaram a dominar completamente a região rica em pedras preciosas, ouro e diamante. Após o fim da escravidão, ocorrida em 1835, vários colonos brancos começaram uma ocupação metódica e voraz de toda a região até conseguir derrotar o império zulu e estabelecer a supremacia inglesa.

Nascia então uma forte opressão que se apoiava nas divisões tribais e no racismo para impor sua dominação. Em 1911, era considerado crime a quebra de contrato de trabalho, isso apenas para os brancos, os negros eram proibidos inclusive de terem acesso às igrejas. Com a lei da terra estabeleceu-se que os negros, que eram mais de 70% da população, poderiam possuir apenas 7,5% das terras. Aos brancos, que eram menos de 25% da população, coube o direito a 92,5% das posses das terras. Ficava proibido que negros pudessem sair de suas terras, só poderiam migrar se

fossem empregados de brancos. Nascia assim o apartheid.

Em 1990, 24 anos depois da independência, o governo sul-africano iniciou negociações que levaram ao desmantelamento do apartheid e ingressou definitivamente na era da democracia burguesa subordinada aos interesses imperialistas.

As mesmas burguesias dos países imperialistas que dominaram por séculos o país, que depois implantaram o regime mais odioso do apartheid e que mais tarde transformaram os milhões de negros em escravos assalariados do capital, choram hoje a morte de Madiba.

As lágrimas de crocodilos

A verdadeira história dos trabalhadores sul-africanos está sendo contada não pela conciliação de classes tão amada e querida de Mandela, mas nas ruas, nas fábricas e nas minas, na luta anti-imperialista e pelo socialismo que haverá de sepultar de vez o capitalismo, matriz de toda segregação e miséria.

Obama e Cameron podem chorar Madiba, hoje. Amanhã o povo de Madiba festejará a sua liberdade e resgatará sua verdadeira história, ela lhes pertence e não aos senhores da guerra!

Quem somos

A Esquerda Marxista (EM) é uma organização de luta pelo socialismo. Como seção brasileira da CMI (Corrente Marxista Internacional), lutamos em todo o mundo para ajudar os trabalhadores e jovens a se organizarem na luta por sua emancipação.

Lutamos contra a colaboração de classes e contra a defesa do capitalismo e sua maquiagem feita pelos reformistas. Nada temos a ver com as organizações e agrupamentos ultraesquerdis-

tas que, incapazes de se relacionarem com a classe trabalhadora, dedicam-se ao divisionismo e ao denunciamento inócuo e impotente. Nós lutamos nas organizações de massa para construir uma corrente revolucionária de massas. Nesse sentido atuamos na luta de classes e nas entidades historicamente construídas pelos trabalhadores e pela juventude.

A EM dirigiu as ocupações de fábricas lutando por sua estatização sob controle dos trabalha-

dores, luta por educação pública e gratuita para todos, pela reestatização de tudo o que foi privatizado, contra a criminalização dos movimentos e organizações dos trabalhadores, em defesa das conquistas e reivindicações da classe trabalhadora e da juventude, contra o capitalismo.

Comitê Central da Esquerda Marxista.

Foice & Martelo

Boletim semanal da Esquerda Marxista - seção brasileira da Corrente Marxista Internacional. Número 32 - 12 de Dezembro de 2013 - Preço R\$ 1,00

2014, o necessário combate para derrotar a repressão e as criminalizações



Um interrogatório para criminalizar

A Esquerda Marxista iniciou uma campanha contra a criminalização dos movimentos sociais e decidiu por um editorial do Boletim Foice & Martelo sobre a questão mostrando na prática como esta ofensiva das classes dominantes está se desenvolvendo.

Este editorial é especialmente dedicado a todos os que vivem a ilusão de que o Brasil é uma democracia exemplar e de que caminhamos para um capitalismo exuberante onde, pelo menos a grande maioria, será muito feliz.

Origem e atualidade

O tratamento da questão social neste país atrasado e tão desigual sempre foi um caso de polícia. Porém, desde os anos 80, a força e a organização do proletariado invertiram o rumo das coisas. Somente

a chegada de Lula, do PT, ao governo permitiu à burguesia retomar a ofensiva em sua luta de classes contra os trabalhadores e a juventude. Isso porque ele praticou uma política de colaboração de classes, o gerenciamento do capital falido e a submissão pública ao capital, às instituições e aos dirigentes burgueses nacionais e internacionais, bem como o alinhamento incondicional à defesa das instituições capitalistas. Porém, incapaz de um enfrentamento político aberto, a covarde burguesia utiliza centralmente o seu Judiciário de classe para atacar, como se os que lutam contra a opressão e a exploração fossem criminosos comuns.

A origem disso é a relação entre a fragilidade do capitalismo brasileiro - dominado e dependente do imperialismo, a força e a juventude do proletariado e a incapacida-

de das direções das organizações de massa para controlarem este proletariado por um longo tempo. Isso, sobretudo, em uma época de crise, como a que vivemos desde 2008.

A burguesia, por sua vez, sente medo frente à resposta da classe trabalhadora com o aprofundamento desta crise. Há uma divisão nacional e internacional das classes dominantes entre os que desejam continuar uma colaboração de classes "normal" - como a praticada por Lula e seus amigos, com coalizões governamentais, tripartismo etc. - e aqueles que preferem a via do enfrentamento e destruição, liquidações das organizações de classe mesmo que dirigidas por oportunistas e reformistas irrecuperáveis. Esta segunda via é a do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Judiciário em geral.

Este é o quadro de fundo da situação internacional. A resistência das massas e a incapacidade da burguesia de resolver sua crise marcam o ritmo de uma sinfonia que pode se prolongar por décadas. O capital chegou a um pântano conduzido por seus próprios mecanismos internos, potencializados por décadas de medidas artificiais para a sobrevivência de um mercado que vive em uma crise de superprodução.

Leis Antiterrorismo, de Garantia da Ordem e de Segurança Nacional

Um profundo obscurantismo, o anticomunismo mais tacanho, a sanha e ódio de classe se expressam na perseguição política hoje desenfreada em todo o país. Após as Jornadas de Junho que abalaram o Brasil, o ódio aumentou e a perseguição e a criminalização cresceram geometricamente.

Sob a batuta do governo Lula/Dilma, tocado pelo aliado Sarney, aprovam-se pela primeira vez leis antiterrorismo. Elas permitem prender por 30 anos dirigentes de uma greve com ocupação ou de uma manifestação de massas que enfrente a polícia alucinada e degenerada chamada PM.

Após junho, até a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi invocada e aplicada contra manifestantes ou simples transeuntes próximos das manifestações. A mesma que foi criada e aplicada pela Ditadura Militar, em 1979, contra os sete estudantes presos na Novembro-da-contrainda contra o ditador General João Figueiredo e seu governador Jorge Bornhausen. A mesma lei usada para prender e julgar Luís Inácio Lula da Silva por dirigir as greves dos metalúrgicos no ABC, em 1979 e 1980.

Para coroar, o governo aplica no Leilão do Campo de Libra a

Lei da Garantia da Ordem, atribuição exclusiva da presidência para colocar o Exército, Marinha e Aeronáutica no combate ao “inimigo interno”, ou seja, a população que se manifesta ou protesta.

Cada um faz sua parte e a criminalização da questão social se aprofunda. Publicamos a seguir uma parte do interrogatório feito pela Polícia Federal ao companheiro Serge Goulart, dirigente do Conselho de Fábrica da Cipla e Interfibra, fábricas ocupadas pelos trabalhadores em 2002, em Joinville, Santa Catarina. O objetivo do interrogatório era instruir, em 2010, um processo com acusação de “Formação de Quadrilha” (!) contra os principais dirigentes das ocupações de fábrica naqueles anos de crise da economia brasileira.

Este processo foi acolhido por um juiz federal e está em curso. Em um próximo editorial publicaremos as perguntas (incríveis!) do procurador-acusador às testemunhas, na última audiência, em 5 de dezembro de 2013. A seguir, para que cada um veja o caráter político, inquisitorial, ditatorial, medieval e antidemocrático do interrogatório estão extratos do interrogatório:

“Confirma ter integrado o movimento dos trabalhadores da Cipla que promoveu a greve de 2002 e que culminou com o afastamento da diretoria?”

“Quem eram os principais líderes do movimento dos trabalhadores?”

“Quem eram os principais líderes do movimento intitulado ‘Corrente do Trabalho/Esquerda Marxista’?”

“Quem eram as pessoas que exerciam cargos de chefia e gestão?”

“Confirma o fato de que pessoalmente liderou um movimento de

resistência contra a ordem de intervenção judicial?”

“O que era a Associação Ferreirinha? Qual seu objetivo? Quem eram seus fundadores? Como era mantida?”

“Confirma que tal associação foi criada pelo depoente e outros comparsas e tinha por objetivo organizar movimentos de tomada de outras fábricas?”

“Enquanto esteve à frente do movimento dos trabalhadores que administrou a CIPLA, manteve algum contato com entidades sindicais ou políticas de outros países, como a Venezuela? Em caso positivo em que consistiram tais contatos quais seus objetivos?”

“É filiado a algum partido político? Qual?”

“A Comissão de trabalhadores que esteve à frente da CIPLA era filiada a algum partido político ou entidade sindical? Qual?”

É preciso unificar as organizações dos trabalhadores para barrar esta escalada repressiva e antidemocrática. Este é o objetivo da campanha que a Esquerda Marxista está a iniciar. Junte-se a nós.

Voltaremos no dia 1º de fevereiro com a edição 33 do Foice & Martelo e com a edição 53 do Jornal Luta de Classes. Boa leitura e bom descanso de final de ano para que recarreguemos as baterias para juntos construirmos com ainda mais vigor a Esquerda Marxista.

O significado e a aplicação da “teoria do domínio dos fatos”?



A “teoria do domínio dos fatos” foi criada por Hans Welzel, em 1939. Foi usada para julgar os crimes ocorridos na Alemanha pelo Partido Nazista e consiste na aplicação da pena a um suposto mandante de um crime, como autor e não como partícipe. A teoria acabou não sendo utilizada no julgamento. Depois, ganhou projeção internacional quando o jurista alemão e renomado criminalista, Claus Roxin, em 1963, desenvolveu a teoria, frisando ser necessário para sua aplicação que a pessoa que ocupa o topo de uma organização emita a ordem de execução da infração e comande os agentes diretos e os

fatos em si.

Temos explicado que uma das medidas que a burguesia vem aplicando contra o movimento de massas para seguir buscando navegar em meio à crise é o recrudescimento da criminalização das lutas sociais. A versão moderna desta teoria utilizada pelo STF afirma que é criminosa a pessoa que, mesmo não tendo praticado diretamente a infração penal, teria sempre conhecimento dela pelo cargo que ocupa e em decorrência disso seria o ordenador da ação criminosa ao seu subordinado.

O uso desdobrado e subjetivo dessa teoria entende que uma pessoa que tenha autoridade direta e imediata sobre um subalterno, ou grupo de subalternos que pratica ilicitude, em situação ou contexto que supostamente tenha conhecimento, ou que necessariamente deveria tê-lo, deve ser responsabilizada pela infração do mesmo modo que os autores imediatos.

zada pela infração do mesmo modo que os autores imediatos.

Tal entendimento se choca com o princípio da inocência, basilar no Estado Democrático de Direito, segundo o qual, todos são inocentes, até que se prove sua culpabilidade. Segundo esta reacionária teoria, para que a autoria seja comprovada, basta a dedução lógica e a responsabilização subjetiva, supervalorizando os indícios, sem que prova alguma seja apresentada.

A “teoria do domínio dos fatos” ampara e dá asas à generalização da subjetividade dos juizes, que, em sua esmagadora maioria, a utilizará para criminalizar as lideranças populares ainda mais arbitrária e seletivamente. É direcionada para deslegitimar as organizações dos trabalhadores e ampliar os ataques da burguesia contra as organizações operárias e os movimentos populares.

Eleições na Venezuela: Mais um alerta para a revolução

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e partidos aliados, próximo ao término das apurações das eleições municipais, conquistaram ao menos 215 das 335 prefeituras em disputa. Foram 5.111.336 votos recebidos em todo país, que representam 49,24%, contra 4.435.097 votos nos candidatos opositores da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que significam 42,72%.

Por um lado isso significa uma vitória e um avanço do PSUV em relação às eleições presidenciais de abril, quando Maduro venceu por uma diferença de apenas 1,4%. Por outro, significa um avanço da oposição em relação às eleições presidenciais de 2012 (com Chávez como candidato) e em relação às eleições municipais de 2008.

A oposição reelegeu o prefeito da região metropolitana de Caracas e ganhou em um ponto simbólico, Barinas, capital do Estado natal de Chávez. Ganhou também em número total de votos nos Estados

de Lara, Mérida, Táchira, Miranda, Bolívar e Amazonas. São mais sinais de alerta para a revolução.

O presidente Nicolas Maduro —



por meio da Lei Habilitante, que lhe permite baixar decretos — entreviu antes das eleições contra a alta artificial dos preços e contra os atos criminosos de estocar e esconder produtos. Prendeu os empresários que estocavam para criar desabastecimento e colocou a venda os produtos escondidos a preços normais. Medidas que ganharam a simpatia imediata da maioria da população. Um sinal de que o povo quer ir além contra a burguesia. Mas a realidade

é que essas medidas são insuficientes, meros paliativos, enquanto não se romper definitivamente com os empresários, inclusive com os empresários que se dizem de esquerda, a chamada “boliburguesia”.

Os trabalhadores venezuelanos já deram seguidas demonstrações de consciência de classe, já salvaram a revolução das inúmeras tentativas de golpe da burguesia e do imperialismo. O que mais desejam os dirigentes para avançar a revolução rumo ao socialismo?

Nenhuma trégua e acordo com a burguesia que volta a acenar com o canto de sereia de que é necessário unificar direita e esquerda. É preciso expropriar a burguesia, estatizar as grandes empresas e colocá-las sob o controle democrático dos trabalhadores, combatendo a burocracia e a corrupção. É preciso romper definitivamente com a burguesia e o capitalismo, dar passos concretos em direção ao socialismo. É preciso sair das palavras e partir para a ação.

Expediente: Boletim Foice & Martelo - Órgão da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (www.marxist.com). Diretor responsável: Serge Goulart. Editor responsável: Wanderci Bueno. Jornalista responsável: Rafael Prata: MTEB nº 40040/SP. Sede Nacional: Rua Tabatinguera, 318 - Sé - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01020-000 e-mail: contato@marxismo.org.br - Telefone: (11) 3101 8810.